

**BRASIL E ARGENTINA:
POLÍTICA EXTERIORES NA CRISE DO ESTADO OLIGÁRQUICO
(1930)**

*Helder Gordim da Silveira**

1 – INTRODUÇÃO

Desde as décadas finais do século XIX, os sistemas sócio-econômico do Brasil e da Argentina – centrados na produção primário-exportadora e na dominância dos grupos sociais que controlam este setor produtivo – vinham conhecendo um processo de progressiva diferenciação, sob ritmos diferenciados num e noutro país.

Esse processo de diferenciação – inserido, ainda que de forma contraditória, no processo de Divisão Internacional do Trabalho – encontrava-se fundado na emergência do setor industrial,¹ do ponto de vista econômico, e, socialmente, na aparição e crescimento dos grupos ligados a este setor, dentro do cenário urbano que lhe é peculiar: o empresariado industrial, as classes médias e os operários.

Politicamente, as classes médias levarão a efeito uma pressão, razoavelmente contínua, em torno a reivindicações que, de modo geral, tendem a combinar os interesses heterogêneos dos grupos emergentes frente ao Estado – controlado de forma bastante direta pelas oligarquias exportadoras, por meio de mecanismos de poder embasados na fraude institucionalizada, além de inúmeras outras formas de restrição violenta ao exercício formal ou concreto da cidadania, em graus e forma evidentemente diferenciados quer se trate do Brasil ou da Argentina.

* Departamento de História-IFCH. PUC-RS. 90619-900 Porto Alegre-RS.

Os movimentos políticos que encontram base social nesses grupos emergentes – os quais Henrique G. Moraga denomina, numa visão global, movimentos de “classe média política”², e que são reprimidos ou assimilados pelas oligarquias – pressionavam, portanto, no sentido da modernização dos sistemas de representação e por uma orientação industrializante-urbanizadora nas políticas econômicas oficiais. A *Unión Cívica Radical (UCR)* argentina e o tenentismo brasileiro tipificam, em suas diferentes formas de ação/articulação política, estes movimentos.

É evidente que tal pressão em prol de transformações político-econômicas **internas** no Estado Oligárquico encontrava-se, direta ou indiretamente, associada a pressão correspondentes por reorientações na esfera das relações internacionais deste Estado. De modo geral, as *classes médias políticas* buscarão impôr restrições – ou alterações – no modelo tradicional de articulação das economias primário-exportadoras com os países capitalistas industrializados – caracterizado pelo corte liberal livre-cambista – em função das necessidades de proteção institucional ao setor industrial incipiente.

Nessa perspectiva, a crise internacional capitalista de 1929 virá a condicionar reordenamentos bastante graves no cenário interno dos Estados Oligárquicos, no Brasil e na Argentina, bem como nos padrões das relações exteriores destes Estados.

O objetivo deste trabalho é propor uma análise das linhas gerais deste processo de reordenação, buscando, a partir de uma concepção articuladas das esferas interna e externa, estabelecer uma visão comparativa dos processos históricos do Brasil e da Argentina no período e procurando evidenciar, no plano internacional, as relações destes países com os centros capitalistas, bem como sua relação bilateral.

Ter-se-á como referências iniciais do referido processo o golpe militar de 6 de setembro de 1930, na Argentina, e o movimento de outubro do mesmo ano, no Brasil.

2 – ARGENTINA: A RESTAURAÇÃO OLIGÁRQUICA

A crise internacional encontrará diferentes correlações de força, no Brasil e na Argentina, entre a *classe média política* e as oligarquias primário-exportadoras.

No caso argentino, a expansão econômica sob o modelo agro-exportador, fruto da posição altamente favorável do país no interior do “sistema de poder”³ britânico, produzirá, na comparação com o Brasil, um maior incremento quantitativo e qualitativo da *classe média política*, corporificado no movimento radical, desde a década final do século XIX. Em contraste com o caso brasileiro, os grupos emergentes no interior da sociedade argentina obtêm participação institucional no sistema político e,

mesmo que não cheguem a afetar as bases da dominância oligárquica, logram obter reformas substanciais no sistema representativo que possibilitariam a eleição de José H. Yrigoyen, em 1916.

De outro lado, o mesmo processo que condiciona a trajetória política do movimento radical – a diversificação econômica a partir das condições favoráveis do setor exportador – garante igualmente a hegemonia oligárquica, tornando-a capaz de absorver, sem alteração significativa, tanto um governo constitucional exercido pelo radicalismo, quanto, em certa medida, a política nacionalista-modernizadora representada pelo Yrigoyenismo, mais precisamente, a qual tendia a contestar os padrões tradicionais do liberalismo livre-cambista, base ideológica da relação mantida pelo país com a Inglaterra, de importância central no conjunto das relações argentinas, por sustentar a articulação do setor primário-exportador com as áreas centrais do sistema capitalista internacional.

A *debácle* de 1929 virá a alterar este equilíbrio de antagonismos.

O radicalismo Yrigoyenista, no poder novamente desde 1928, a partir do advento da crise internacional e de seus desdobramentos, passará a representar, para a oligarquia exportadora, uma espécie de contestação não mais *absorvível*, dado o sério abalo que a crise produz nas bases de sustentação econômica deste grupo social. Vale dizer, as bruscas alterações do setor econômico – particularmente o exportador – provocadas pela crise internacional exigiam reordenamentos igualmente urgentes a serem produzidos desde o interior do Estado.

Tais reordenamentos, evidentemente, demandavam o controle do aparelho estatal, o que colocava o confronto extra-institucional como possibilidade concreta, a qual, em princípio, podia resolver-se tanto no sentido radical-nacionalista quanto nos moldes da política oligárquica tradicional.

A correlação efetiva de forças entre os grupos em confronto leva o Estado argentino ao segundo tipo de solução.

É precisamente o que representa o golpe de setembro de 1930, com o qual o radicalismo Yrigoyenista é afastado violentamente da cena política, iniciando-se o período histórico que Jorge A. Ramos chega a colocar sob o rótulo de “restauração oligárquica”.⁴

Com efeito, segundo a análise de Horácio S. Moreno, o movimento setembrista, de base oligárquica, dividia-se politicamente em duas facções: uma autoritária, de corte fascista, liderada pelo general Uriburu; outra, de perfil liberal-formalista, amplamente majoritária, que organizava sob a liderança do general Augustín P. Justo.⁵

Exercendo o poder inicialmente, a primeira facção é rapidamente controlada pela ala liberal, de Justo, à qual encontrava-se agregado o chamado radicalismo anti-personalista, vale dizer, anti-Yrigoyenista, tendência conservadora da UCR.

Inaugura-se, a partir da eleição de Justo à presidência, em 1931, uma década marcada, de um lado, pela manutenção formal do sistema representativo e da Carta de 53 e, de outro, pela abstenção forçada ou pelo afastamento coercitivo do Yrigoyenismo do processo eletivo.

A oligarquia exportadora via, assim, garantido o seu controle sobre o aparelho estatal, em um processo no qual, convém enfatizar, o Exército desempenhava um papel fundamental.

3 – BRASIL: O ESTADO DE COMPROMISSO

No Brasil, os grupos urbanos emergentes no interior do Estado oligárquico, de forma menos efetiva na comparação com o caso argentino, começam a se fazer presentes na cena política – da qual haviam sido razoavelmente afastados desde a efetivação do controle oligárquico sobre a República – a partir do princípio da década de 20, por meio, mais notavelmente, do movimento tenentista.

O menor crescimento econômico do Brasil relativamente à Argentina no período 1880-1930 condiciona o fato de que o tenentismo, ao contrário do movimento radical, fique longe de organizar-se em bases partidárias, sendo mantido na ação extra-institucional pelo fechamento do aparelho de Estado sob a dominância oligárquica.

Em contrapartida, esta incapacidade de *absorver* institucionalmente a ação política dos grupos emergentes parece denunciar maior vulnerabilidade na reprodução política desta dominância, no caso brasileiro, o que ficará evidente a partir da crise de 29.

De fato, com a crise internacional capitalista e o subsequente fracionamento ocorrido nas articulações políticas que sustentaram, a este nível, sua dominância, a oligarquia brasileira, notadamente o setor ligado à produção cafeeira, vê-se na impossibilidade de preservar os mecanismos de poder que haviam mantido o Estado sob seu controle, de forma razoavelmente contínua, ao longo da República Velha.

Os grupos emergentes, porém, sustentando alianças fundamentais com setores das oligarquias, sobretudo periféricas, também encontram-se concretamente impossibilitados de assumir o controle do Estado, deslocado pelo movimento de outubro.

A chamada *Revolução de 30* inaugura, assim, uma forma de *estado de compromisso* entre as oligarquias agrárias e os grupos urbanos emergentes, mantido, desde o aparelho estatal, pela prática política de Vargas.

Dessa forma, em contraste com o caso argentino, o Estado Oligárquico, em sua fase de transição reformista, no Brasil, ao longo da década de 30, apresentará uma

presença bem mais significativa dos grupos urbanos emergentes junto aos centros de decisão, o que se evidenciará, sobretudo, pela tendência industrializante-diversificada ora presente em vários aspectos da política econômica varguista.

4 – AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No campo internacional, a Argentina pós-30, com o Estado sob controle oligárquico, fortalecerá significativamente sua relação com a Inglaterra – na qual centralizava-se a articulação do setor primário-exportador com as regiões industrializadas – abandonando, em larga medida, as restrições protecionistas com as quais o Yrigoyenismo havia temperado esta relação.

O célebre pacto Roca-Runciman (1933)⁶, firmado entre ambos os países, representa a formalização mais clara dessa tendência reafirmadora da tradição liberal, com a qual a Argentina primário-exportadora inseria-se, de forma, aliás, privilegiada no sistema comercial britânico.

Outra reafirmação da tendência *européista* da política exterior argentina nos anos 30 é o regresso do país, em 1933, à Sociedade das Nações.

O fato é de notável relevância na medida que Buenos Aires passará a manobrar politicamente, a partir da *universalidade* da Liga, contra a política hemisférica norte-americana, a qual buscava sistematicamente articular o sistema político-militar-comercial das Américas sob o respaldo da Casa Branca.

A Argentina reforçará, dessa forma, sua tradicional resistência ao estabelecimento dos *sistema de poder* norte-americano no subcontinente.

Note-se que a reafirmação, em sólidas bases sócio-política internas, dessa velha postura argentina ocorre exatamente quando os EUA passavam a considerar, com progressiva urgência, ao longo da década, a configuração de um sistema político-militar-comercial hemisférico convenientemente controlado.

Nessa perspectiva, pode-se analisar, por exemplo, as posições argentinas diante da política da Boa Vizinhaça de Roosevelt, do Panamericanismo e em todas as Conferências Interamericanas da década.

A política exterior brasileira, por seu turno, após 1930, sofrerá o processo que Gerson Moura denomina “redefinição”.⁷ Segundo o autor, tal redefinição não implica ruptura, mas tampouco representa simples continuidade.

No que se refere à relação com os EUA, de importância central para o país, desde, pelo menos, a década inicial do século, o período é marcado pela situação que Moura define como “equidistância pragmática”.⁸

Essa situação caracteriza-se pelo fato de que o país – dependente – conta com maior *poder de barganha* no espaço da negociação política internacional, devido a duas ordens concorrentes de fatores: de um lado, o enfraquecimento da potência hegemônica internacional, provocado pelo contexto de crise e pela concorrência acirrada com outros centros capitalistas – a Alemanha, notadamente – e, de outro, o reordenamento ocorrido no interior do Estado brasileiro, o qual tendia a fortalecer a presença dos grupos ligados à industrialização nacional junto aos centros de decisão.⁹

Se, efetivamente, como demonstra Moura, nas questões bilaterais de natureza comercial, o Brasil negocia com um inédito poder de barganha, nas questões políticas continentais – em cujo centro situaram-se as iniciativas norte-americanas para a consolidação de seu *sistema de poder* –, o que parece verificar-se é a continuidade dos padrões tradicionais da relação Brasil-EUA, os quais, do lado brasileiro, eram interpretados à luz da doutrina segundo a qual uma aliança privilegiada com Washington poderia atuar como suporte para um eventual predomínio brasileiro no cenário internacional sul-americano.

Esse projeto de predomínio subcontinental identificava tradicionalmente na Argentina o seu adversário maior e tinha nas doutrinas geopolíticas do período a sua formalização mais clara,¹⁰ o que, evidentemente, tinha sua contrapartida do lado argentino.

De fato, na perspectiva desse *triângulo* Brasil-EUA-Argentina, de alianças e conflitos, pode ser entendido grande parte do panorama internacional sul-americano dos anos 30.

No que se refere especialmente à relação Brasil-Argentina é de estudos geopolíticos e dos projetos antagônicos de supremacia num e noutro país, junto às instâncias de decisão do Estado. Esse fato parece ter concorrido, ao longo da década, para emprestar uma sistematicidade bastante relevante para as posturas de conflito entre ambos os países, o que pode ser uma indicação razoavelmente segura para pesquisas futuras.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 – Trata-se do processo geralmente denominado *industrialização dependente*, que se inicia nas décadas finais do século XIX sob condicionantes externas e internas que não cabe aqui analisar. Cf., exemplo, CARDOSO, F.H. E FALLETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984, cap. II e III e MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Coimbra, Centelha, 1976, cap. I.
- 2 – MORAGA, H. Gomariz. *O Estado nas Sociedades Dependentes*, Lisboa, Presença, 1977, p. 84.

- 3 - MOURA, Gerson. *Autonomía na Dependência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 41.
- 4 - RAMOS, Jorge A. *Revolución y Contrarrevolución en la Argentina. El Sexto Domínio*. Buenos Aires, Plus Ultra, 1973, Tomo I, vol. 2, p. 115.
- 5 - MORENO, Horácio A. *Argentina Contemporánea. Fraude Y Entrega*. Buenos Aires, Plus Ultra, 1973, Tomo II, vol. 3, pp. 19-26.
- 6 - Sobre a elaboração e as finalidades essenciais do Pacto, Cf., por exemplo, PAZ, Alberto C. e FERRAI, Gustavo. *Política Exterior Argentina 1930-1962*, Buenos Aires, Ed. Huemul, 1964, pp. 16-17.
- 7 - MOURA, Gérson, "A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: Ruptura ou Continuidade?" Trabalho apresentado ao Seminário sobre a Revolução de 1930. Rio de Janeiro, setembro de 1980, CPDOC/FGV, P.3.
- 8 - Op. cit. pp. 62-66.
- 9 - Cf. MOURA, Gerson, "A Revolução de 1930...", p. 3 e idem, *Autonomia na Dependência*, pp. 69-73.
- 10 - Cf. SILVEIRA, Helder Gordim da, "Argentina e Brasil Frente à Questão do Chago: A Supremacia na América do Sul em Jogo". Dissertação de Mestrado, P. Alegre, PUC/RS, 1990, esp. Cap. III.